



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE**

**IZABELY CARVALHO LINHARES DE SOUSA**

**A AÇÃO DE LEDORES E TRANSCRITORES NA UNIVERSIDADE DE  
BRASÍLIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA**

BRASÍLIA, DF  
2023

**IZABELY CARVALHO LINHARES DE SOUSA**

**A AÇÃO DE LEDORES E TRANSCRITORES NA UNIVERSIDADE DE  
BRASÍLIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Licenciado em Pedagogia, à banca examinadora  
da Faculdade de Educação da Universidade de  
Brasília, sob a orientação da Professora Dra.  
Sinara Pollom Zardo

BRASÍLIA, DF  
2023

# **A AÇÃO DE LEDORES E TRANSCRITORES NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Licenciado em Pedagogia, à banca examinadora  
da Faculdade de Educação da Universidade de  
Brasília, sob a orientação da Professora Dra.  
Sinara Pollom Zardo

---

Profa. Dra. Sinara Pollom Zardo - TEF/FE  
Orientadora

---

Profa. Dra. Cândida Beatriz Alves - TEF/FE  
Membro Interno da Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Carolina Dias Pinheiro - DACES/DAC  
Membro Externo da Banca Examinadora

Dedico este trabalho às pessoas que lutam por  
uma educação democrática, com equidade e  
justiça social.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar muita saúde para ir em busca dos meus objetivos e daquilo em que eu acredito.

Aos meus pais, por acreditarem em mim, e por me darem condições para eu prosseguir nos estudos. Espero poder retribuir a altura tudo que vocês fizeram e fazem por mim.

À minha amada avó materna, que me inspira diariamente a ser um ser humano melhor com sua simplicidade e bondade.

À minha tia, obrigada por diversas vezes me emprestar seu computador e imprimir meus trabalhos.

Ao meu amor, parceiro de diversos momentos, obrigada pela compreensão nessa reta final e pelo carinho.

À minha orientadora, Profa. Dra. Sinara Pollom Zardo, que faz um trabalho de excelência na promoção da acessibilidade na Universidade de Brasília, obrigada pelos conselhos, pela escuta e por acreditar em mim.

Aos docentes da Faculdade de Educação, obrigada por contribuírem com minha formação acadêmica, profissional e pessoal. Esses quase 5 anos foram de muitas aprendizagens significativas.

Às minhas amigas, obrigada pelo companheirismo durante a trajetória acadêmica e idas e vindas ao RU. Foram momentos desafiadores e muito felizes que passamos juntas.

Aos estudantes que aceitaram participar das entrevistas. Sem vocês a realização desse trabalho não seria possível.

Às servidoras da Diretoria de Acessibilidade, local em que tive o privilégio de estar 2 anos como estagiária, obrigada pelos diálogos valorosos. Aprendi muito com vocês durante essa trajetória.

*O que vale na vida não é o ponto de partida e sim  
a caminhada. Caminhando e semeando, no fim, terás o  
que colher.*

*Cora Coralina*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender como a ação de leitores e transcritores da Universidade de Brasília contribuiu para a formação acadêmica de estudantes de graduação que participaram da ação. Os objetivos específicos são: a) conhecer como a ação foi instituída na Universidade de Brasília; b) identificar, na perspectiva dos participantes da ação, as contribuições da atuação como leitor e transcritor na formação acadêmica. A metodologia pautou-se na abordagem qualitativa que possibilita que o pesquisador se envolva na pesquisa e gere os dados por meio de uma ótica pessoal. Para a produção de dados foi feita a análise documental das principais Resoluções da Universidade de Brasília que tratam da inclusão e acessibilidade, anotações do diário de campo, como também entrevistas semiestruturadas com 4 participantes da ação, realizadas em julho de 2023. Como critério de escolha dos participantes, foi definido: a) ser estudante da Universidade de Brasília; b) ter atuado na ação de leitores e transcritores na primeira e/ou segunda edição. A interpretação dos dados das entrevistas teve como referência a análise categorial da autora Guerra (2014). Os resultados apresentados evidenciam que a ação de leitores e transcritores contribuiu de forma significativa na formação acadêmica dos participantes, uma vez que houve a apreensão de novos conhecimentos, técnicas e metodologias antes desconhecidas na rotina acadêmica. Além disso, observa-se o compromisso dos entrevistados na aquisição e no aprimoramento de novas práticas inclusivas.

**Palavras-chaves:** Ledor/Transcritor. Acessibilidade. Inclusão. Ensino Superior.

## ABSTRACT

The present work aims to understand how the actions of readers and transcribers for people with disabilities at the University of Brasília contributed to the academic training of undergraduate students who participated in the action. The specific objectives are: a) to understand how the project was established at the University of Brasília; b) to identify, from the perspective of the participants, the contributions of acting as a reader and transcriber to their academic training. The methodology was based on a qualitative approach that allows the researcher to get involved in the research and generate data from a personal perspective. For data production, a documentary analysis was carried out of the main resolutions of the University of Brasília that deal with inclusion and accessibility, notes from the field diary, as well as semi-structured interviews with 4 of the participants were held in July 2023. As criteria for choosing participants, the following were defined: a) being a student at the University of Brasília; b) having acted in the action of readers and transcribers in the first and/or second edition. The data analysis follows the categorical analysis proposed by the author Guerra (2014). The data presented shows that the action of readers and transcribers contributes significantly to the academic training of the participants, since they learned new knowledge, techniques and methodologies previously unknown in their academic routines. Furthermore, the interviewed participants demonstrated a commitment to acquiring and improving new inclusive techniques.

**Keywords:** Reader/Transcriptionist. Accessibility. Inclusion. University Education.



## **PARTE I: MEMORIAL**

Escrevo este memorial na reta final da minha trajetória na graduação na Universidade de Brasília. É um misto de felicidade e angústia, mas é necessário encerrar ciclos para que possamos dar início a outros projetos.

Sou a Izabely, nasci no dia 5 de dezembro de 2000 em Planaltina-DF, região administrativa que resido até hoje. Meus pais souberam da minha concepção no auge da juventude, à época minha mãe com 16 anos e meu pai com 23. Os desafios foram imensos, mas meus pais trabalharam muito e ainda trabalham para que eu pudesse ter uma vida mais tranquila e com mais oportunidades.

Minha trajetória na educação básica iniciou-se em 2005, período em fui matriculada na Escola Assis Chateaubriand (CAIC), localizada em Planaltina-DF. Essa foi minha primeira experiência escolar. Lembro-me que nesta época para conseguir vaga nas escolas públicas do DF, tinha que pegar uma fila e às vezes até mesmo virar a noite para ser contemplado. Eram poucas vagas disponibilizadas para a alta demanda. Tenho algumas lembranças do meu primeiro ano na Educação Infantil, lembro-me que o nome da minha professora era Cláudia, ela era muito gentil e carinhosa. Nessa escola pude viver minha infância de forma plena, eu amava ir aos parquinhos imensos com minhas amigas. Além disso, tive contato com as primeiras letras do meu nome, recordo que tive certa dificuldade em escrever algumas letras, como o “z” e o “y” e cheguei a questionar meus pais por me darem um nome difícil de escrever.

Em 2006 mudei de escola, lembro que fiquei um pouco triste, pois já tinha feito amizades no CAIC e ir para uma nova escola teria que começar tudo novamente. Como meus pais trabalhavam durante a semana, 8h por dia no Plano Piloto, quem tinha disponibilidade para me acompanhar no trajeto até a escola eram meus avós. Então meus pais decidiram me mudar para a Escola Classe 03, localizada também em Planaltina-DF. Essa escola ficava apenas a 3 ruas de distância da casa dos meus avós, era bem pertinho. Nova escola, nova professora e novos amiguinhos. Lembro-me que o parquinho da escola não era tão interessante quanto o do CAIC, nessa questão eu senti um pouco de falta. Passaram-se alguns dias e eu logo me enturmei e fiz novas amizades, me recordo da Stéfany e do Paulo. Éramos um trio. Nessa época, comecei a adquirir mais habilidade para escrever meu nome, números, como também ter manejo com a tesoura. Eu amava quando tínhamos atividades e ter alguma coisa para cortar e colar. Embora a mudança tenha sido um pouco impactante, eu logo me acostumei com a nova rotina e a nova escola.

Na Escola Classe 03 fiquei do período de 2006 a 2009, finalizei a Educação Infantil e fui para o Ensino Fundamental I, em que tive os primeiros anos no bloco de alfabetização. Essa escola foi muito especial na minha trajetória escolar, fui alfabetizada e comecei a escrever com letra cursiva. Tive professoras excelentes que contribuíram com minha formação àquela época, não lembro o nome de todas, mas sei que foram especiais.

Em 2010 mudei de escola novamente, mas até que foi por uma boa causa. Eu moro em um bairro de Planaltina-DF, chamado Arapoanga, que recentemente virou uma Região Administrativa. No Arapoanga tinha poucas escolas, então a maioria das famílias tinha que levar seus filhos para as escolas que ficavam localizadas na parte central de Planaltina-DF. Com o aumento exponencial da população no Arapoanga, o governo daquela época construiu duas escolas para atender a população, uma escola classe, e um centro educacional que abarcava o ensino fundamental II e o Ensino Médio. Então, em 2010 meus pais solicitaram minha mudança para a nova escola, chamada a época de Escola Classe 02 do Arapoanga, essa escola ficava a 10 minutos de caminhada da minha casa. Era próximo.

Fiquei de 2010 a 2011 nessa escola e encerrei o ensino fundamental I. Não tive muitas dificuldades nesse período, conseguia ler, interpretar muita coisa e amava as 4 operações básicas da matemática. Em 2012 com a mudança de etapa da educação básica, mudei de escola novamente para ir para o Ensino Fundamental II, eu confesso que estava bem ansiosa. Seria uma etapa mais desafiadora, uma vez que eu teria um professor por disciplina e a cobrança poderia aumentar. No Ensino Fundamental II fui para uma escola chamada Centro Educacional Dona América Guimarães (CEDDAG), localizada também na região do Arapoanga. No meu primeiro dia, tive aula com um professor muito querido que me recordo dele até hoje, o Júnior, professor de matemática. Ele nos recebia muito bem em suas aulas e estava disposto a voltar no conteúdo até entendermos. Nessa época eu gostava bastante de matemática, e até pensava em fazer um curso voltado para a área de exatas. No segundo semestre de 2012, após realizar minha inscrição em um curso de línguas, fui contemplada com uma vaga em inglês no Centro Interescolar de Línguas de Sobradinho-DF. Esse curso foi um marco para mim, nele eu vi que eu era capaz de estudar outro idioma e sonhar em viajar o mundo. Mas eu tinha que estudar muito para que isso fosse possível.

No CEDDAG fiquei do período de 2012 a 2018. Tive professores excelentes que nos inspiraram a ler, a escrever e a estudar muito para podermos alçar voos cada vez maiores. Tive uma professora no 7º ano (antiga 6ª série) que nos incentivou a frequentar a biblioteca da escola e buscar livros que nos agradassem para desenvolver o hábito de leitura. Nesse período, descobri os livros da autora Paula Pimenta e isso foi um marco para mim, pois

comecei a gostar de ler livros considerados “grandes”. Essas lembranças, por mais pequenas que sejam, me fizeram refletir sobre como um bom professor pode fazer diferença na vida de um estudante.

Nessa escola tive ótimos professores e outros nem tanto. Mas prefiro me lembrar dos que me trazem boas lembranças. Com o avançar das séries, as disciplinas de exatas começaram a ficar um pouco mais puxadas, e para complicar um pouco a situação, a rotatividade dos professores em disciplinas como matemática, física, química e biologia era um pouco alta. Houveram anos em que tive 3 professores diferentes de matemática. Foi um pouco traumático.

Em 2016, no primeiro ano do Ensino Médio, eu estava convicta de que não queria fazer uma graduação na área de exatas. Nessa fase comecei a pensar em qual carreira seguir, já que eu iria fazer a minha primeira etapa da prova do Programa de Avaliação Seriada (PAS). No ensino médio, todos os professores que eu tinha aula falavam sobre Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), PAS e afins. Era impossível não pensar no ingresso no ensino superior. É uma sensação de ansiedade, preocupação, medo de não conseguir ter uma nota boa nas provas e ficar de fora. Mas um dos meus objetivos nessa fase era ingressar no ensino superior em uma universidade pública.

Fiz as 3 etapas do PAS e no final do 3º ano do Ensino Médio fiz o Enem. Estava ansiosa pelo resultado. Eu conversava muito com meus pais e outras pessoas sobre qual curso escolher. Eu confesso que pensava em várias possibilidades. O resultado do PAS saiu e eu não fui contemplada com as vagas do primeiro semestre. Com o resultado do Enem, consegui ser contemplada com uma vaga na Universidade Federal de Goiás (UFG) para o curso de Letras-Inglês, uma das áreas que eu tinha afinidade, pois fiz o curso de inglês no CIL. Mas eu queria mesmo estudar na Universidade de Brasília (UnB), então resolvi esperar o resultado das vagas para o segundo semestre. Em março de 2019 saiu o resultado para as vagas do segundo semestre e meu nome estava na lista de aprovados para Pedagogia-Diurno. Ufa! Eu tinha conseguido. A felicidade na minha casa foi imensa.

Os dois cursos que fui contemplada foram para licenciatura. Eu confesso que jamais pensei em ser professora. Embora eu tivesse professores maravilhosos na Educação Básica, a realidade da profissão não me chamava atenção. É desafiador ser professor no Brasil.

Mas mesmo não imaginando fazer um curso na área da licenciatura, assumi minha vaga na UnB e me joguei no curso. Me dei essa oportunidade e foi uma escolha acertada. Até hoje me recordo com carinho da minha primeira aula na Faculdade de Educação, foi em uma manhã com muito sol, 12 de agosto de 2019. Tive aula de Antropologia e Educação com o

professor Alessandro Roberto. Eu tive um semestre como caloura muito bom dentro da Universidade, o que me deixou instigada a conhecer mais sobre o meu curso e a instituição. Lembro-me que uma professora no último dia de aula, após fazermos um lanche de confraternização, nos contou que a UnB era muito grande para ficarmos apenas matriculados nas disciplinas. Havia muito mais na Universidade.

Já em 2020, no meu segundo semestre, conheci o grupo do Laboratório de Apoio às Pessoas com Deficiência Visual (LDV). Fizemos a formação ainda presencial e nos conhecemos. Algumas semanas depois o DF entra em *lockdown* por conta da pandemia causada pelo COVID-19. Foram dias desafiadores. Só voltamos a ter aula meses depois após a UnB preparar as plataformas para termos condições de estudar no formato remoto. Mesmo na pandemia, continuamos as atividades de produção de material acessível no LDV, foi um período desafiador, mas o grupo era muito unido, o que fez total diferença. Ainda no meu segundo semestre cursei a disciplina de Educação Inclusiva com a professora Sinara Pollom Zardo, que também era coordenadora do LDV à época. A disciplina abriu minha mente para diversas questões e me fez refletir muito sobre direito, inclusão, acessibilidade, capacitismo, práticas pedagógicas inclusivas. Foi um semestre proveitoso e que me deixou mais curiosa para aprofundar na temática. Nesse sentido, decidi que iria mandar e-mail para a professora para ver se havia a possibilidade de eu ser monitora da disciplina.

No 3º semestre fui monitora da disciplina de Educação Inclusiva e continuava na produção de material acessível. Ter a oportunidade de me aprofundar na temática foi muito proveitoso. Além disso, foi um período marcante em que tive a oportunidade de conhecer estudantes da Pedagogia que também abraçavam a causa da Educação Inclusiva. Em 2021, eu e mais um colega, que também era bolsista no LDV, tivemos a oportunidade de participar do 9º Congresso Brasileiro de Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos. Escrevemos um artigo e submetemos para sermos expositores<sup>1</sup>. Foi uma experiência muito gratificante na minha vida acadêmica. A professora Sinara sempre nos incentiva a participar de eventos acadêmicos e a submeter trabalhos científicos.

Em 2022, houve a oportunidade de fazer estágio remunerado na Diretoria de Acessibilidade (DACES). Foram momentos de aprendizagens significativas e reflexões. Nesse setor, pude presenciar o quanto é desafiador promover acessibilidade no ensino superior, tendo em vista que é uma ação conjunta de toda a instituição. Além disso, também tive a oportunidade de conhecer a diversidade e a pluralidade de sujeitos que compõem a DACES e estabelecer diálogos enriquecedores que dão sentido à nossa prática, uma vez que

---

<sup>1</sup> Link para acessar o trabalho: <https://cbee2021.faiufscar.com/anais#/trabalho/5441>

nos incentiva a estudar e a pesquisar para sermos pessoas e profissionais cada vez mais atualizados. Ser estagiária nesse setor foi uma das experiências mais enriquecedoras da minha trajetória acadêmica.

Não posso deixar de mencionar aqui outras experiências que tive durante a graduação. Na Faculdade de Educação, pude ter contato com temáticas de extrema relevância social que fizeram com que eu abrisse minha mente e desconstruísse diversos preconceitos. Pude me aproximar de leituras sobre feminismo, interculturalidade, racismo, comunidades indígenas/quilombolas.

Ainda fiz 4 estágios-obrigatórios que me renderam muitos aprendizados. Pude fazer análise de Projeto Político Pedagógico, planos de aula e regências. Agradeço minhas orientadoras de estágio pelos aprendizados e pela paciência. Esses estágios renderam bons relatórios que fez com eu participasse da I e III mostra de Estágios<sup>2</sup> da Faculdade de Educação como expositora. Além disso, fui convidada também para participar de uma mesa como expositora na 23ª Semana Universitária da UnB, cujo tema foi “A UnB como espaço de formação do pedagogo(a) para além da sala de aula” em que pude falar um pouco da minha experiência sendo estagiária na DACES.

Meus objetivos e metas não param por aqui. Quero prestar concursos para ser professora efetiva, também quero continuar estudando e fazer uma pós-graduação, de preferência no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UnB. Sei que a caminhada até atingir tudo aquilo que almejo não será fácil, mas estou disposta a enfrentar os novos desafios.

Bom, como eu escrevi há alguns parágrafos acima, eu não escolhi a carreira docente, acredito que ela quem me escolheu. Fazer o curso de Pedagogia na Universidade de Brasília foi muito gratificante. A Universidade Pública nos empodera e nos faz sentir capazes de voar cada vez mais alto.

Universidade de Brasília, obrigada por tudo!

Até breve!

---

<sup>2</sup> A Mostra de Estágio da Faculdade de Educação é um evento acadêmico que ocorre no final do semestre em que os estudantes da Pedagogia compartilham como foram suas experiências no estágio obrigatório. Para maiores informações acesse: <https://fe.unb.br/index.php/component/agenda/agenda/170>

## SUMÁRIO

<b>A AÇÃO DE LEDORES E TRANSCRITORES NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA.....</b>	<b>14</b>
Introdução.....	14
1. Inclusão e acessibilidade na Universidade de Brasília.....	19
2. A ação de leitores e transcritores na Universidade de Brasília.....	23
3. Análise das entrevistas.....	25
Considerações finais.....	32
Referências.....	34

## PARTE II: ARTIGO

### A AÇÃO DE LEDORES E TRANSCRITORES NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA

#### Introdução

Os ledores aparecem na história desde a Antiguidade, mas com uma nomenclatura diferente, à época eles eram chamados de *escrivães* e *escribas*. Nesse período, segundo Aguirre (2019), quem possuía acesso aos ledores eram as classes elitizadas. Eles eram considerados sujeitos que instruíam as pessoas que não sabiam ler ou escrever. Além disso, nessa época a escrita convencional a tinta era valorizada, uma vez que quem tinha domínio da leitura e escrita à tinta estava à frente dos melhores cargos e detinha maiores poderes de âmbito econômico e social.

Já no século XIX há indícios das primeiras escolas especiais, onde pessoas com deficiência buscavam alternativas no processo de ensino-aprendizagem diferente das convencionais. No Brasil, a inclusão das pessoas com deficiência se deu apenas no século XX (Mazzota, 2001). Nesse sentido, conforme Simões (2012), as primeiras aparições sobre a atuação dos ledores no Brasil foi com o Quadro de Ledores Voluntários, criado em 1951 no Instituto Benjamin Constant no Rio de Janeiro, com o objetivo de auxiliar as pessoas com deficiência visual na leitura de textos à tinta e na disseminação do conhecimento científico.

Observa-se que há maneiras diversas de ler e escrever, no entanto a valorização dos métodos tradicionais ainda são enaltecidos, sobretudo se falarmos de ambientes acadêmicos. Ademais, nota-se que os grupos historicamente marginalizados que possuem outras formas de leitura e escrita, como os indígenas, os surdos e os cegos enfrentam barreiras em suas rotinas, uma vez que não têm suas identidades respeitadas. “Existem outras maneiras de ler e escrever e precisamos ter clareza das consequências impostas quando as negamos como ato educativo e mesmo político” (Adams; Izidoro; Amaral, 2020, p.1).

Apesar do avanço das políticas e ações para a promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência, os ledores começam a presenciar a precarização e a desvalorização das formações, como também dos atendimentos prestados. Diante disso, os atendimentos improvisados ganhavam força. Os ledores são profissionais que não possuem sua profissão regulamentada pelo Ministério do Trabalho, o que dificulta a construção da identidade profissional e o seu reconhecimento. Ressalta-se que os ledores aparecem no Art. 59 do

Decreto nº 5.296 de 2004, e sua atuação é limitada a congressos, seminários ou eventos científicos-culturais.

Art. 59. O Poder Público apoiará preferencialmente os congressos, seminários, oficinas e demais eventos científico-culturais que ofereçam, mediante solicitação, apoios humanos às pessoas com deficiência auditiva e visual, tais como tradutores e intérpretes de LIBRAS, leitores, e informação e comunicação, tais como a transcrição eletrônica simultânea. (Brasil, 2004)

Atualmente há um Projeto de Lei nº 3.513 de 2019 em tramitação na Câmara dos Deputados, com o objetivo de regulamentar o exercício da profissão do leitor proposto pelo Deputado Federal Denis Bezerra. Nesse sentido, diante dos desafios da afirmação da identidade profissional dos leitores no arcabouço legal brasileiro, como também no meio científico, a autora Simões (2012) salienta a dificuldade na caracterização da atuação dos leitores, a qual não é bem definida, mas que pode ser exercida em todas as modalidades de ensino, desde que haja demandas.

Em linhas gerais, e sem a pretensão de uma definição fechada, pode-se afirmar que o leitor é aquele que empresta a visão aos que não enxergam. Apesar da simplicidade contida nessa afirmação e, talvez, por isso mesmo, existem muitas indefinições no que diz respeito ao que este colaborador pode ou não fazer, em que termos e sob quais condições. (Simões, 2012, p.12)

Com a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva há um aumento significativo de matrículas de estudantes provenientes da educação especial nas Instituições de Ensino Superior (IES). Conforme Pletsch e Leite (2017), os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), revelam que entre o período de 2004 a 2014 houve um crescimento de 85,35%. As autoras salientam ainda “os enormes desafios para garantir o acesso e a permanência dessa população em todos os níveis de ensino” (Pletsch; Leite, 2017, p. 89).

Nesse sentido, com a chegada das pessoas com deficiência nas IES, urge a necessidade das instâncias superiores desenvolverem estratégias para a oferta de uma educação democrática e com equidade, a fim de que elas tenham condições de acesso e permanência dentro da instituição.

O Ministério da Educação, por meio do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior, criado em 2005, propõe ações que promovam o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (IFES). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com



deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

Nessa acepção, considerando a complexidade de promover o acesso, a permanência e o direito à educação para as pessoas com deficiência no ensino superior, faz-se necessária a criação de ações efetivas para contribuir com a formação acadêmica desses sujeitos. Atualmente a Universidade de Brasília (UnB) possui editais para seleção de bolsistas, discentes da graduação com matrícula ativa, para atuar como ledores e/ou transcritores para a promoção da acessibilidade para os estudantes com deficiência da Universidade, financiados com recursos do Programa Incluir.

Para constituir o *corpus* teórico do presente trabalho, foi realizado o levantamento da produção do conhecimento na plataforma Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com a busca do descritor “ledor” na aba *busca avançada*. Foram identificadas 27 produções, sendo 9 teses e 18 dissertações entre o período de 2006 a 2022, tendo como critério de delimitação temporal a publicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). A escolha pela busca de teses e dissertações decorreu da possibilidade de realizar uma análise aprofundada dos trabalhos acadêmicos que estão relacionados aos objetivos da pesquisa.

Após a leitura dos resumos, foram excluídos 20 trabalhos que não dialogavam com o escopo desta pesquisa. O tema de destaque das 6 produções analisadas foi a atuação dos ledores como um recurso de acessibilidade para as pessoas com deficiência. Predominam produções nas instituições de educação superior de São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraíba, como também da Bahia. Observa-se o aumento da produção acadêmica a partir do ano 2014, o que pode ser justificado pela publicação do Decreto nº 9.508/2018, que institui a obrigatoriedade da oferta de acessibilidade nas provas de concurso público.

A partir da identificação das produções do conhecimento sobre ledor, destaca-se a pesquisa de Simões (2012) que buscou analisar a relação entre os estudantes com deficiência visual e seus ledores na sala de aula do Ensino Superior nos aspectos acesso, percepção e aquisição do conhecimento, bem como a relação de dependência e autonomia desses sujeitos. A autora concluiu que a relação entre o ledor e o estudante com deficiência visual é subjetiva, uma vez que envolve experiências de ambas as partes, podendo promover práticas que viabilizam a consciência crítica.

Já a pesquisadora Catão (2019) analisou a prática de leitura de duas ledoras na disciplina de química para uma estudante cega do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). A autora ressalta a importância dos ledores buscarem uma formação contínua para atuar na

disciplina, como também a necessidade de manter um diálogo constante com o professor, a fim de sanar dúvidas sobre fórmulas e reações químicas para que seja possível realizar a leitura dos conteúdos de forma adequada. Catão salienta ainda que caso exista a possibilidade do leitor ter formação específica na disciplina em que ele irá atuar, o aproveitamento será melhor.

Já Aguirre (2019) procurou analisar a efetividade do curso de capacitação de ledores em gerar habilidades e atitudes para o atendimento de pessoas com deficiência que realizam provas da Educação Básica, seleções ou concursos públicos. O autor buscou traçar o perfil dos egressos, os elementos motivacionais que levaram ao ingresso do curso, bem como os aspectos acadêmicos e a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos. Aguirre concluiu, por meio da pesquisa, que a capacitação para ledores prepara para gerar situações de acessibilidade mesmo em episódios imprevisíveis, ajuda a eliminar o preconceito acerca das dificuldades e potencialidades das pessoas que são atendidas, possibilita o desenvolvimento de habilidades práticas necessárias à atuação e deixam os cursistas animados para atuarem como ledores e transcritores. Ademais, o autor relata ainda que a atuação dos ledores é bem aceita pelo público que os requisitam, como também que a capacitação é imprescindível para a ação desses profissionais.

Nascimento (2020) buscou analisar como a Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Daeb/Inep) pode atuar no aprimoramento do atendimento especializado para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na redação do Enem. Para alcançar os resultados da pesquisa, a autora realizou um estudo de análise comparativa do atendimento educacional especializado para as pessoas com autismo dos Estados Unidos, do Canadá e da Inglaterra. Além disso, Nascimento analisou também 21 textos de estudantes autistas do ano de 2017, de acordo com os critérios e as singularidades desse público. De acordo com os resultados da pesquisa, foi possível traçar um Plano de Ação Educacional (PAE) com recomendações para as equipes de gestão do Inep para melhorar os planos de capacitação de ledores e transcritores do exame.

A pesquisadora Martinez (2021) procurou compreender como ocorrem os letramentos de jovens cegos na contemporaneidade, especialmente no que se refere ao ensino de leitura e escrita na educação básica. Foi possível observar que para a aquisição do letramento dominante, os jovens têm preferência pela atuação dos ledores em sala de aula ou do *software* leitor de tela, ao invés do uso do braille. Já para a aquisição de letramento vernaculares

adquiridos em outros espaços de convívio social, os jovens cegos utilizam os recursos de acessibilidade disponíveis no *Smartphone*.

Canuto (2022) buscou compreender as produções subjetivas constituídas na inter-relação entre leitores voluntários e uma estudante cega, com uma nova proposta de gerar novas inteligibilidades sobre essa prática e como suporte para o acesso aos conhecimentos específicos de preparação para concursos públicos. A autora salienta que o encontro entre o leitor e a estudante cega, transcende o aspecto de recurso de acessibilidade para o acesso à informação, uma vez que essa relação dialógica é permeada de emoção, imaginação e subjetividades de ambas as partes.

Diante disso, observa-se que as produções analisadas possuem como foco o leitor como um recurso de acessibilidade para os sujeitos com deficiência e autismo, além da diversidade de situações em que os leitores podem atuar, que vai desde a sala de aula, aos processos seletivos do país.

O presente artigo tem como objetivo compreender como o projeto de leitores e transcritores da Universidade de Brasília contribuiu para a formação acadêmica de estudantes de graduação que participaram da ação. Como objetivos específicos pretende-se conhecer como o projeto foi instituído na Universidade de Brasília e identificar, na perspectiva dos participantes da ação, as contribuições da atuação como leitor e transcritor na formação acadêmica.

Diante da natureza científica do objeto pesquisado, utilizou-se dos referenciais da abordagem qualitativa que, conforme Creswell (2007), pode ser considerada também uma abordagem interpretativa, já que reconhece que toda investigação é carregada de valores, uma vez que o pesquisador gera os dados por meio de sua ótica pessoal. Além disso, a pesquisa qualitativa possibilita que o pesquisador esteja envolvido nas experiências factuais dos participantes. Para a produção dos dados foi realizada a análise documental das principais Resoluções da UnB, que tratam da inclusão e acessibilidade, anotações do diário de campo usado na trajetória como estagiária na DACES, além de entrevistas semiestruturadas. Como indica Cellard (2012), a análise documental pode ser vista como uma técnica para obter informações que elimina a possibilidade de interferência, uma vez que os documentos são considerados uma fonte primária.

No tocante ao diário de campo, ele é considerado uma técnica que transcende a função de ser apenas um caderno de registros, mas podendo ser considerada também uma estratégia utilizada para compreender atitudes humanas em um contexto cultural específico (Malinowski, 1978). Já a entrevista semiestruturada é considerada um instrumento de

pesquisa que “ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (Triviños, 1987, p. 146).

Participaram das entrevistas 4 estudantes da graduação da UnB, que foram bolsistas na ação de leitores e transcritores. Para critério da escolha dos estudantes, optou-se por dois participantes do primeiro edital, referente ao primeiro semestre de 2022, e dois participantes do segundo edital, referente ao primeiro semestre de 2023. As entrevistas com os participantes foram realizadas em julho de 2023, de forma presencial e remota. O artigo estrutura-se em três partes: a primeira tratará sobre inclusão e acessibilidade na Universidade de Brasília, a segunda sobre a ação de leitores e transcritores e a terceira apresentará a análise dos dados obtidos.

## **1. Inclusão e acessibilidade na Universidade de Brasília**

A Universidade de Brasília foi idealizada pelos educadores Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Sua criação foi autorizada por meio da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961 e no dia 21 de abril de 1962, a Universidade de Brasília foi inaugurada para transformar a educação superior do país. A UnB é composta por 4 campi: o Darcy Ribeiro (localizado na Asa Norte), Faculdade de Planaltina (FUP), Faculdade de Ceilândia (FCE) e Faculdade do Gama (FGA). Entre discentes da graduação e pós-graduação, docentes e técnicos, a UnB soma aproximadamente 57 mil pessoas.

No ano de 1980 surgiram os primeiros debates acerca das condições de acesso e permanência dos estudantes com deficiência da UnB (Jesus, 2022). A década de 1980 foi um marco na história do Brasil, tendo em vista que tivemos a promulgação da Constituição Federal de 1988, considerada um marco no processo de redemocratização e afirmação dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais. Para além disso, a Carta Magna brasileira trazia também a educação em uma perspectiva democrática.

A Constituição de 1988 garantiu a autonomia universitária, e as universidades, a partir da década de 1990, com o Decreto nº 99.490, passaram a realizar seus próprios vestibulares, ocorrendo uma diversificação maior nos processos seletivos, mantendo, porém, o caráter elitista e meritocrático (Nierotka; Trevisol, 2019, p.38)

Embora as universidades fossem ocupadas em sua maior parte pelos filhos da classe elitizada, os sujeitos marginalizados estavam chegando a esses espaços, mesmo que de uma forma mais tímida. Nesse sentido, os debates para propor ações afirmativas com o objetivo de

compensar os grupos excluídos ganharam espaço (Jesus, 2022). No âmbito da UnB, as instâncias superiores da instituição criaram comissões em prol da comunidade acadêmica com deficiência, a fim de melhorar os espaços de convívio na instituição.

Em 1994, a Comissão de Estudos sobre a Questão do Portador de Necessidades Especiais da UnB foi instituída pela Resolução nº 002/1994, do Decanato de Ensino de Graduação. Essa comissão foi responsável por produzir relatórios e apresentar propostas para garantir a permanência das pessoas com deficiência no ambiente universitário. Ademais, os investimentos em pesquisas e a criação de cursos na área da Educação Especial ganharam um novo olhar. O relatório foi entregue em setembro de 1995, no I Encontro Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior, onde ocorreram debates sobre as questões dos sujeitos com deficiência (Souza; Soares; Evangelista, 2003).

Dentre as indicações do relatório, constatou-se que a instituição não oferecia atendimento aos estudantes com deficiência visual e a necessidade de investir em ações para eliminação das barreiras arquitetônicas e pedagógicas. Dessa forma, no ano de 1994 o LDV (Laboratório de Apoio à Pessoa com Deficiência Visual), iniciava suas atividades com o objetivo de ofertar atendimento especializado aos estudantes com deficiência visual. “Desde a sua implantação, o LDV tem atuado na oferta de atendimentos e serviços especializados aos alunos com deficiência visual da UnB, especialmente no que se refere a tornar disponíveis recursos técnicos e tecnológicos” (Raposos, 2006, p.49). Nota-se que à época o uso do código Braille e das tecnologias assistivas foi difundido entre os discentes com deficiência visual da UnB.

Em 1999, por meio do Ato da Reitoria nº 1068/1999, é criado o Programa de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais da UnB (PPNE), vinculado à vice-reitoria. Em 2003, é aprovada a Resolução CEPE nº 048/2003, sendo esta em acordo com a Portaria do MEC 1679 de 02/12/1999, o Decreto nº 3298/1999, como também o Estatuto da UnB. A Resolução propõe que os estudantes com deficiência da instituição devem ter cadastro no PPNE e também passar pela junta médica para que sua deficiência seja caracterizada. Dessa forma, os estudantes poderiam ter acesso aos serviços ofertados.

Após a aprovação da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 10/2007 é aprovada a criação do Programa de Tutoria Especial (PTE), que objetiva ofertar apoio acadêmico aos estudantes com deficiência cadastrados no PPNE. Nesse mesmo ano, o nome do PPNE é modificado, sendo portanto Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais. Ressalta-se ainda que nessa época o PPNE foi transferido para o

Decanato de Assuntos Comunitários. Já em 2017, o PPNE passa a ser uma Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência, continuando a mesma sigla PPNE .

Salienta-se ainda que em 2015 a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que representa um avanço no arcabouço legal do Brasil, foi promulgada. A LBI tem como objetivo garantir o direito das pessoas com deficiência na sociedade. Sobre o direito à educação a LBI preconiza que:

Art. 27 A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

Nessa acepção, a LBI traz para as pessoas com deficiência possibilidades para ter seus direitos garantidos, uma vez que com a legislação positivada os sujeitos com deficiência são respaldados por um documento normativo válido em âmbito nacional. Conforme os autores (Oliveira, Santos, Magalhães) a LBI:

[...] trouxe à pessoa com deficiência a garantia de direitos que contribui, de forma significativa, para o estímulo à autoexpressão, possibilitando o desenvolvimento de suas potencialidades por meio da eliminação de barreiras que se apresentam no cotidiano educacional. (Oliveira, Santos, Magalhães, 2022, p. 82).

Em 2016 a lei nº 13.409/2016 é aprovada, de modo que houve a reserva de vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior para pessoas com deficiência oriundas da escola pública. Já no ano de 2017, a UnB faz a reserva de vagas específicas para as pessoas com deficiência (PCD) no vestibular tradicional da instituição, que ocorre no segundo semestre. A UnB é considerada uma instituição pioneira no sistema de cotas.

Em 2018, a UnB publica seu novo Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI). O documento norteador para os projetos futuros da instituição traz como princípios orientadores da organização curricular: a interdisciplinaridade, a contextualização, a flexibilidade, a diversidade, a acessibilidade e por fim a sustentabilidade socioambiental. A acessibilidade é um dos princípios essenciais no âmbito da educação superior, já que tem como finalidade promover ações acerca do acesso, permanência e a participação de forma plena dos estudantes. Dessa forma, a UnB tem como objetivo “promover as condições de acessibilidade e a construção de um ambiente de trabalho e estudo inclusivo, respeitoso, solidário e colaborativo;” (UnB, 2018, p. 27).

No ano de 2019 obteve-se outro avanço para a comunidade acadêmica com deficiência da Universidade de Brasília: a Política de Acessibilidade foi instituída pela Resolução do Conselho de Administração nº 0050/2019. A Política tem como finalidade zelar para que a

legislação dos direitos sobre as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades, superdotação e transtornos funcionais específicos tenham aplicabilidade no âmbito institucional. Além disso, a Política de Acessibilidade considera ainda a acessibilidade arquitetônica, a acessibilidade nos transportes, a acessibilidade na comunicação e na informação, como também a acessibilidade atitudinal.

Em julho de 2020, por meio do Ato da Reitoria nº 0845/2020, a estrutura organizacional do Decanato de Assuntos Comunitários é atualizada e a Diretoria de Acessibilidade (DACES) é criada. O objetivo principal da DACES é promover a acessibilidade e a inclusão como uma política transversal da UnB, de forma a ampliar condições de acesso, acessibilidade, participação e aprendizagem aos estudantes que possuem deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação ou transtornos funcionais específicos.

A DACES funciona como Núcleo de Acessibilidade da UnB. A previsão e o funcionamento dos núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior estão previstos no Decreto nº 7.611/2011 que traz em seu “Art. 5º - § 5º Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Brasil, 2011). Nesse sentido, a DACES trabalha na oferta de recursos e serviços para promover a acessibilidade para a comunidade acadêmica, de modo que a pessoa com deficiência tenha uma vivência plena da universidade com qualidade e de forma equitativa. Além disso, de acordo com os dados levantados em setembro de 2023, a DACES tinha 680 estudantes cadastrados assistidos pela equipe do setor. Ressalta-se, também, que a DACES realiza o acolhimento de docentes e técnicos da Instituição que possuem deficiência, a fim de diminuir as barreiras vivenciadas no espaço laboral.

De acordo com o site oficial, a DACES<sup>3</sup> oferta os seguintes serviços: atendimento a técnicos e docentes caracterizados dentro do público alvo, o acompanhamento acadêmico aos estudantes cadastrados, o Programa de Tutoria para a Acessibilidade (PTA), a produção de material acessível, a interpretação e a tradução em Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS). É realizado também a articulação com as unidades acadêmicas, a acessibilidade arquitetônica e urbanística em articulação com a Prefeitura do Campus. Além disso, faz parte dos serviços ofertados o transporte no campus para os estudantes com mobilidade reduzida, mediante

---

<sup>3</sup> Para maiores informações sobre a Diretoria de Acessibilidade, acesse: <http://www.acessibilidade.unb.br/>

agendamento prévio, como também o laboratório de informática de uso coletivo para os estudantes cadastrados realizarem suas atividades acadêmicas, localizado na DACES.

Com o aumento da procura dos estudantes assistidos por apoio especializado, em 2022 a DACES lançou o primeiro edital para a ação de leitores e transcritores, a fim de complementar os serviços ofertados pela produção de material acessível.

## **2. A ação de leitores e transcritores na Universidade de Brasília**

Com o aumento significativo de estudantes cadastrados na Diretoria de Acessibilidade da UnB, urge a necessidade de propor ações e projetos a fim de contribuir com a permanência dos mesmos na UnB. Em março de 2022 a DACES possuía 431<sup>4</sup> estudantes cadastrados, já em 2023 esse número subiu para 680. Nota-se um aumento considerável de 57,7 %, de modo que faz com que a instituição se mobilize para ampliar ações e serviços de apoio especializado.

A DACES vem se articulando junto às instâncias superiores para propor projetos que visem a plena inclusão dos estudantes cadastrados na Diretoria. Nesse sentido, em 2022, a ação de leitores e transcritores surge na Universidade de Brasília para complementar o serviço de produção de material acessível para os estudantes com deficiência. Ressalta-se que em 2022 a UnB estava no processo de readaptação do ensino remoto para presencial devido às consequências impostas pelo vírus da Covid-19. Diante disso, o primeiro edital, bem como a formação dos bolsistas foram executados remotamente.

A ação de leitores e transcritores tem como objetivo selecionar estudantes da graduação com matrícula ativa na UnB dos cursos presenciais para atuar na promoção de acessibilidade junto aos estudantes cadastrados e assistidos pela Diretoria de Acessibilidade do Decanato de Assuntos Comunitários (DACES/DAC). O Edital nº DAC 003/2023, referente à seleção de bolsistas para atuação de leitores e/ou transcritores para promoção da acessibilidade, “[...] destaca os estudantes com deficiência visual, deficiência intelectual, autismo, déficit de atenção ou dislexia (Distrito Federal, 2023, p.2)<sup>5</sup>” que podem requisitar apoio de leitor e/ou transcritor.

---

<sup>4</sup> Os dados foram obtidos no evento de cooperação da UnB em parceria com Ministério Público do Trabalho (MPT), realizado em março de 2022 com objetivo de facilitar o acesso de estudantes com deficiência ao mercado de trabalho. As informações estão disponíveis no site:

<https://noticias.unb.br/76-institucional/5599-cooperacao-entre-unb-e-mpt-facilitara-acesso-de-estudantes-com-deficiencia-ao-mercado>

<sup>5</sup> As informações do Edital da ação de leitores e transcritores estão disponíveis no site: <http://www.acessibilidade.unb.br/>



De acordo com as informações do edital, a atuação de leitor e/ou transcritor será feita sob demanda do estudante. Compreende-se a atuação do leitor a atividade que demanda de apoio para leitura de textos, materiais didáticos ou atividades avaliativas. Compreende-se a atuação do transcritor a atividade que demanda de apoio para transcrição de textos ou preenchimentos de provas objetivas e discursivas. Os bolsistas participantes da ação devem cumprir 12 horas semanais de atuação sob agendamento, oferecendo apoio dentro e fora da sala de aula. Além disso, os bolsistas fazem jus a uma bolsa no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) referente aos meses de atuação, e ao final da validade do edital, cumprindo os requisitos estabelecidos, o bolsista tem direito ao certificado de atuação na ação.

O edital preconiza critérios para ser selecionado como bolsista: não pode ter pendências acadêmicas ou administrativas referentes aos compromissos assumidos anteriormente, como também não estar em risco de desligamento do curso. Possuem prioridade na seleção estudantes cadastrados na Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), oriundos de escola pública da educação básica. A DDS é uma diretoria que trabalha nas ações referente à Política de Assistência Estudantil desenvolvidas no âmbito da UnB para oferecer apoio aos estudantes que estão em vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido, os editais assumem um papel relevante para os estudantes que estão em situação de vulnerabilidade, dado que as bolsas [...] “apoiam os estudantes com o recebimento de benefício financeiro, oportunizando a permanência do estudante durante o tempo regular do seu curso até sua diplomação” (Pinheiro, 2016, p. 102).

Quando selecionados, os bolsistas participam de uma formação cujos conteúdos contemplam a legislação sobre inclusão e acessibilidade, a estrutura e as ações da DACES e as técnicas para atuação como leitor e/ou transcritor. Dúvidas sobre o edital e a organização da dinâmica de trabalho também são esclarecidas nesse momento.

A ação de leitores e transcritores da UnB é financiada com recursos do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior, vinculado à Ação 4002 - Assistência ao estudante na Educação Superior. O Programa Incluir objetiva apoiar projetos que favoreçam a permanência dos estudantes no Ensino Superior que são provenientes da Educação Especial.

O Programa Incluir é uma ação afirmativa a favor da inclusão na educação superior da pessoa com deficiência, financiando projetos com vistas a romper o contexto de exclusão na busca por uma educação de qualidade. Além disso, pretende beneficiar a população que apresenta deficiência nas instituições federais de educação (IFEs) e também fomentar a criação e a consolidação de Núcleos de Acessibilidade. (Maciel; Anache, 2017, p. 72-73)

Importante destacar que o Programa Incluir é regulamentado por diversas normativas, dentre as quais destacamos o Decreto nº 7.234/2010, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Conforme o “Art.3º § 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação” (Brasil, 2010).

Observa-se que a ação de letores e/ou transcritores mostra-se como mais uma possibilidade de serviço de apoio especializado ofertado pela Universidade de Brasília para os estudantes com deficiência. Na perspectiva da inclusão, a diversificação de estratégias para a promoção da acessibilidade é fundamental para ampliar as oportunidades de formação acadêmica.

Nota-se que ao limitar um sujeito com deficiência a um único recurso - à exemplo da pessoa cega ao uso do código Braille -, tal prática pode ser reducionista, tendo em vista que os sujeitos possuem o direito de utilizarem o recurso o qual se adequa melhor para desempenhar suas atividades no cotidiano.

É por isso que propostas reducionistas, tais como aquelas que consideram o Braille como sendo uma solução adequada para as pessoas cegas e a língua de sinais, como sendo a solução ideal para a comunicação das pessoas surdas, devem ser evitadas tanto pelo que representam de desrespeito à diversidade de formas de ser dessas pessoas, bem como pelo impacto de sugestões que trazem para a sociedade, que tende a considerar essas propostas, quando provenientes de órgãos públicos, como diretrizes. (Torres; Mazzoni; Mello, 2007, p.384)

Como bem nos lembra os autores Torres, Mazzoni e Mello (2007), existe uma diversidade dentro da diversidade, e não recomenda-se caracterizar um coletivo de forma simplista. A seguir, são apresentados e analisados os dados obtidos nas entrevistas.

### **3. Análise das entrevistas**

O presente tópico objetiva relatar como foram realizadas as entrevistas semiestruturadas com os participantes da pesquisa. Como critério de escolha dos participantes, foi definido: a) ser estudante da Universidade de Brasília; b) ter atuado na ação de letores e transcritores na primeira e/ou segunda edição. Quatro estudantes se enquadraram nos critérios da pesquisa. O primeiro contato com os participantes ocorreu no dia 7 de julho de 2023 via e-mail institucional, em que foi comunicado os objetivos da pesquisa, o convite para participação e a Carta de Apresentação da pesquisadora. Após a confirmação de interesse

dos participantes, foi feito um contato via *WhatsApp* para verificar a disponibilidade de agenda para as entrevistas.

Três entrevistas foram realizadas presencialmente, sendo que duas ocorreram na sala de reunião da Diretoria de Acessibilidade. A terceira entrevista foi realizada em uma lanchonete próxima ao Restaurante Universitário. A quarta entrevista foi realizada de forma remota, por meio da ferramenta *Google Meet*. As entrevistas foram gravadas por meio do *Smartphone* pessoal da pesquisadora para depois serem transcritas, sob a concessão dos integrantes da pesquisa. Ressalta-se que foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para garantir os cuidados éticos com os participantes. Os nomes utilizados na pesquisa são fictícios e foram escolhidos a critério dos participantes.

A tabela, a seguir, apresenta um resumo das entrevistas realizadas.

A Tabela 1 - data das entrevistas realizadas:

<b>Nome</b>	<b>Data da entrevista</b>
<b>Pedro</b>	<b>12 de julho</b>
<b>Baxter</b>	<b>18 de julho</b>
<b>Jorge Henrique</b>	<b>19 de julho</b>
<b>Thanday</b>	<b>26 de julho</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O tratamento dos dados terá referência na análise categorial, segundo orientações de Guerra (2014). Para a autora: “A identificação das variáveis cuja dinâmica é potencialmente explicativa de um fenômeno que queremos explicar chamamos «análise categorial»” (Guerra, 2014, p. 80). A autora salienta ainda que a identificação da categoria deve ser explícita, mas não deve ser homogênea, ou seja, que admite apenas uma interpretação. No contexto desta pesquisa, foram organizadas três categorias: perfil dos participantes da pesquisa, conhecimento da DACES/DAC e da ação de ledores/transcritores e por fim, as contribuições da ação para a formação acadêmica.

No que tange à categoria perfil dos participantes, foram obtidas as seguintes informações: Pedro tem 31 anos, cursa o 5º semestre de Medicina na UnB. Ele ingressou no curso de Medicina por meio do Enem. Além disso, Pedro também é graduado em Letras - Tradução Espanhol pela UnB. Pedro participou do segundo edital da ação e prestou atendimentos de forma presencial a um estudante cego.

Baxter tem 30 anos, é formado em Enfermagem com especialização em urgência e emergência por uma Instituição de Ensino Superior privada, localizada no Distrito Federal. Ele cursa o 1º semestre de Saúde Coletiva na UnB no campus Darcy Ribeiro. Baxter ingressou no curso de Saúde Coletiva por meio do edital de Portador de Diploma de Curso Superior (DCS). Baxter participou do segundo edital da ação e realizou atendimentos presenciais a um estudante cego, como também a um estudante com transtornos funcionais específicos.

O entrevistado Jorge Henrique possui 20 anos, tem formação em nível técnico em Química pelo Instituto Federal de Goiás - Campus Luziânia. Ele ingressou na UnB por meio do PAS, e cursa o 4º semestre de Comunicação Audiovisual na Universidade. Jorge Henrique participou do primeiro e do segundo edital da ação e realizou atendimentos presenciais a um estudante cego, como também remotamente na gravação de audiolivro. Já Thanday tem 23 anos e cursa o 13º semestre em Pedagogia na UnB, sua primeira graduação. Ele ingressou na Instituição pelo Enem. Thanday participou do primeiro edital da ação e prestou atendimentos a um estudante cego presencialmente quanto remotamente, por meio da plataforma *Teams*.

A tabela 2 sistematiza as informações acerca do perfil dos participantes da pesquisa.

Tabela 2 - informações sobre o perfil dos participantes:

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Edital que participou</b>	<b>Curso</b>	<b>Semestre</b>	<b>Forma de Ingresso na UnB</b>
<b>Pedro</b>	<b>31 anos</b>	<b>2º</b>	<b>Medicina</b>	<b>5º Semestre</b>	<b>Enem</b>
<b>Baxter</b>	<b>30 anos</b>	<b>2º</b>	<b>Saúde Coletiva</b>	<b>1º Semestre</b>	<b>DCS</b>
<b>Jorge Henrique</b>	<b>20 anos</b>	<b>1º e 2º</b>	<b>Comunicação Audiovisual</b>	<b>4º Semestre</b>	<b>PAS</b>
<b>Thanday</b>	<b>23 anos</b>	<b>1º</b>	<b>Pedagogia</b>	<b>13º Semestre</b>	<b>Enem</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A partir da tabela é possível observar a pluralidade de perfil dos participantes da pesquisa que integraram o grupo de leitores/transcritores. Nota-se a distinção das diferentes realidades que eles estão inseridos, curso, idade, semestres e as formas de ingresso, contribuindo para a transversalidade da ação. É possível fazer um recorte acerca do curso dos

participantes, tendo em vista que dos 4 participantes, 2 estão alocados na Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília, Pedro e Baxter respectivamente. Além disso, é válido ressaltar que Jorge Henrique integrou a ação de leitores e transcritores nos dois primeiros editais.

Em relação à segunda categoria, que diz respeito ao conhecimento da DACES, este bloco foi dividido em 3 perguntas: Como conheceram a DACES? Como conheceram a ação de leitores/transcritores? Qual foi o interesse na ação?

Pedro e Baxter relataram que conheceram a DACES e a ação por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), uma plataforma institucional utilizada pela UnB. Pedro ressalta que o interesse dela na ação foi principalmente a remuneração. Já Baxter declarou que o interesse dele na ação era contribuir com o público acadêmico. Ademais, ele ainda relata que teve experiência com pessoas com deficiência como educador social. “Eu trabalhei 6 anos no GDF, na Secretaria de Educação como educador social e eu trabalhei na Escola Especial. Então assim eu já tinha essa demanda, essa vivência de atendimento com pessoas com deficiência então pra mim não foi nada novo”.

O participante Jorge Henrique relatou que conheceu a DACES por meio de uma disciplina obrigatória do seu curso, Comunicação Audiovisual.

*Vei, tipo assim, eu tive uma disciplina no primeiro semestre que se chamava comunicação na universidade. Era uma disciplina muito *migué*, porque o professor não dava aula. Ele falava tem esse aspecto aqui da Universidade e ele chamava alguém do aspecto pra dar a aula. Aí teve um dia que ele deu aula sobre as diretorias aí ele entrou na Diretoria de Acessibilidade e foi uma pessoa para falar sobre todas as diretorias. Aí ela falou da diversidade, da acessibilidade, aí ele falou de alguma outra também. Essa disciplina é obrigatória no 1º semestre, é uma disciplina para conhecer a Universidade. Ela falou que tinha alguns projetos legais nessas diretorias e era bom conhecer o Instagram. Por algum motivo eu entrei no Instagram e segui o instagram de várias. Aí apareceu o edital de bolsistas né, e nesse período eu estava tentando o auxílio socioeconômico para vir para cá, eu estava naquela angústia do auxílio transporte que não saía nunca. E aí eu não consegui o auxílio socioeconômico, mas consegui a bolsa da DACES.*

Nota-se que ao seguir o Instagram da DACES, conseqüentemente ele teve acesso ao edital de leitores e transcritores. Ao ser perguntado sobre o interesse na ação, Jorge Henrique relata que foi monetário, uma vez que ele reside em uma cidade localizada na região do entorno do Distrito Federal e para ir até a Universidade ele tinha que custear as passagens do transporte público.

*Inicialmente foi monetário de dependência mesmo. Ficar indo e vindo de Luziânia eu gastava muito, era 40 reais por semana. Eu fazia um joguinho de pegar 3 ônibus por dia. Eu usava muito passe estudantil do DF pra pagar 4 reais de passagem. Em Luziânia não tem passe estudantil, então eu ia pra Santa Maria e pegava o BRT com o passe até Brasília para vir pra UnB. Mas tipo já lendo o edital eu achei muito legal o projeto, porque tipo assim eu tenho uma questão fisiológica no meu ouvido, ele é meio atrofiado. Eu escuto direito, só que às vezes eu não escuto tão bem. Já é alguma coisa assim para entrar nesse mundo da acessibilidade. É interessante.*

Já o entrevistado Thanday conheceu a DACES pelo Instagram da DDS, que também faz parte do Decanato de Assuntos Comunitários da UnB. A DACES e a DDS desenvolvem um trabalho em parceria em constante diálogo em prol da comunidade acadêmica. Thanday é estudante do curso de pedagogia e relata que o interesse na ação foi aprimorar os conhecimentos sobre inclusão, bem como as práticas pedagógicas.

Então, o interesse foi aprimorar esses conhecimentos de inclusão, de prática pedagógica para minha formação, mas também para contribuir com a sociedade acadêmica da UnB. Promover acessibilidade é algo que deveria ser uma prioridade máxima da Universidade e eu queria fazer a minha parte.

Nesse sentido, acerca do acesso à DACES e ao Edital da ação de leitores e transcritores, é possível observar que as plataformas oficiais de uso institucional da Universidade são importantes para divulgação de informações da rotina acadêmica, no entanto é interessante também que a Instituição preze por atualizar as redes sociais, pois estas ferramentas também são um meio de comunicação para a comunidade acadêmica, como foi evidenciado pelos participantes da pesquisa. A respeito do interesse dos participantes pela ação, observa-se que há uma preocupação de cunho pedagógico e o compromisso social com os estudantes com deficiência, e para atuar como leitor/transcritor uma das premissas é participar da formação para prestar um atendimento de qualidade. Aguirre (2019), em sua pesquisa reforça que uma formação para leitores e transcritores “deve incentivar o leitor a se capacitar para que, assim, possa se tornar um promotor de justiça, rompendo a continuidade da discriminação” (Aguirre, 2019, p. 82). A formação, nesse sentido, além de aprimorar as técnicas necessárias, é uma oportunidade também para enfatizar o compromisso social com os estudantes que fazem parte da Política de Acessibilidade da UnB.

Nota-se, também, a relevância das políticas de assistência estudantil das instituições na oferta de bolsas-auxílio, dado que esse auxílio financeiro oferecido nos projetos é uma estratégia para contribuir com a democratização do acesso e permanência dos estudantes no Ensino Superior (Imperatori, 2017).

No tocante ao terceiro e último bloco de perguntas, com relação às contribuições da ação de leitores e transcritores para a formação acadêmica, este bloco foi dividido em 2 perguntas e ao final foi dado a oportunidade para o entrevistado fazer alguma colocação que não houvesse sido discutida no decorrer da entrevista. As perguntas do último bloco foram relacionadas aos desafios que eles enfrentaram como bolsistas no projeto e quais foram as contribuições na formação acadêmica.

Pedro, ao ser questionado sobre os desafios como bolsista no projeto, relata que a remuneração poderia ser um pouco melhor tendo em vista a responsabilidade.

É... Em alguns momentos a remuneração parece muito aquém da devida porque é uma responsabilidade, pode não parecer que não cansa, mas cansa bastante. Eu nunca tinha percebido que ler em voz alta é muito cansativo. Textos de 50 páginas que a gente poderia ler tranquilamente em duas, duas horas e meia a gente leva cinco, seis horas pra ler e eu fico com a impressão que poderia ser melhor remunerado.

Com relação às contribuições para a formação acadêmica, o participante relata que apesar de ter formação em Letras - Tradução Espanhol nunca havia tido contato com um fichamento antes, e na ação de leitores e transcritores ele pôde ter essa experiência ao auxiliar um estudante atendido. Ademais, pelo fato de um dos estudantes que requisita o atendimento de leitor ser do curso da Sociologia, ele evidencia o interesse nos textos lidos: “também tem a questão da Sociologia. Eu nunca tinha lido tantos textos de Sociologia, tem vários textos muito interessantes que ele trouxe das matérias que ele faz. Muito interessante os textos”.

Baxter, relata que enfrentou desafios ao entrar no projeto, pois teve que se adequar com a rotina de atendimentos e as falhas de comunicação para receber os cronogramas dos textos para serem lidos, mas no decorrer do semestre, conforme ele relata, a rotina de atendimentos ficou mais tranquila. No que diz respeito às contribuições acadêmicas, Baxter relata que tem uma perspectiva muito boa em relação às rotinas de leitura com os estudantes com deficiência.

Nossa, eu tenho uma perspectiva muito boa disso, quanto mais a gente ler a gente vai aprendendo e um dos alunos a gente até comentava: eu sou calouro isso aqui é novo pra mim na questão de leitor e transcritor. Aí ele me dava maior apoio né. Ele falava: “não, mas tem calouro que é melhor que veterano”, tentando me acalmar um pouco né, mas assim eu sei que quanto mais a gente ler, mais a gente vai atrás de conteúdo, a gente aprende, pelo fato de eu ser leitor e transcritor desse aluno com deficiência não só ele tá aprendendo, mas eu também. Como eu estou sendo o transmissor e ele está sendo o receptor, a gente acaba absorvendo alguma coisa. A gente melhora na fala, na leitura, a gente fica um pouco mais inteligente. Eu tenho essa percepção.

Ao final da entrevista, os participantes Pedro e Baxter não quiseram comentar algo que não foi perguntado.

Já o participante Jorge Henrique declara que um dos desafios que ele teve na ação de leitores/transcritores foi em relação ao uso da voz, “porque tem que falar muito. E aí as vezes cansa. Teve um atendimento de biblioteca que eu fiz com o estudante na sala de estudos, foram 2 horas falando. Minha voz estava muito prejudicada, minha garganta estava doendo”.

Ao ser questionado sobre as contribuições acadêmicas, Jorge Henrique relata que a ação de leitores/transcritores fez com que ele desenvolvesse habilidades que ele não tinha interesse dentro da sua área de formação, Comunicação Audiovisual.

[...] trabalhar com o áudio, ganhar essa praticidade com o áudio, entender como editar melhor um áudio, acho que isso foi uma contribuição do meu papel como leitor; eu ganhei mais praticidade no áudio e eu desenvolvi uma área que não é tanto do meu interesse assim, e que eu provavelmente não desenvolveria na faculdade porque eles não trabalham muito isso. **Pesquisadora: Qual é sua área de interesse?** Produção. O produtor é o cara que lida com logística, dinheiro, vai atrás de tudo que precisa fazer para o filme acontecer.

Jorge Henrique, ao final da entrevista, comentou acerca da dimensão do trabalho desenvolvido pela DACES e destacou o compromisso social da ação de leitores e transcritores.

A DACES é a diretoria mais importante de todas as diretorias, é claro que a de Saúde também é importante, mas pra mim a DACES é a mais importante. A Universidade não é tão acessível assim, mas nenhum lugar no mundo é acessível, mas só da UnB ter uma diretoria de acessibilidade a gente ver que tem pessoas que se importam com isso, tem pessoas que estão lutando para que ela se torne cada dia mais acessível, eu acho que fazer parte desse projeto por mais que sua atuação é máxima ou mínima, acho que é muito grande, não só para o acadêmico, para o desenvolvimento. Mas mentalmente você se sente importante, você sente que está fazendo diferença na vida de alguém. Eu acho que o projeto de leitores é muito importante nesse aspecto, você se sente bem, você ajuda alguém e você contribui para uma causa global, que é a acessibilidade.

A fala do participante nos remete que apesar do Brasil ter avançado nas políticas públicas para as pessoas com deficiência, a legislação não é uma garantia de direito positivado, sendo necessário um processo de lutas constantes em prol dos grupos socialmente marginalizados. “Considerando a deficiência como uma condição humana, eminentemente política e social, a garantia do direito à acessibilidade exige mobilização e luta constantes pela dignidade dos sujeitos de direito que demandam contextos acessíveis” (Alencar, Zardo, 2018, p. 10).

O entrevistado Thanday destaca que enfrentou desafios com relação à transição do remoto para o presencial, uma vez que o estudante atendido tinha preferência por atendimentos presenciais, e no processo do primeiro edital, que ocorreu em meados de 2022, a UnB estava na readaptação do ensino remoto para o ensino presencial. No que se refere às contribuições para sua formação acadêmica, Thanday relatou a oportunidade de construir conhecimentos diferentes do seu cotidiano, como também conhecer locais significativos além da UnB que trabalham em prol da acessibilidade e da inclusão, a exemplo do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais (CEEDV). Destaca-se que Thanday, por estar em reta final na sua trajetória na Universidade e pensando no seu futuro profissional, reconheceu a



ação de leitores/transcritores como um *locus* para constituir conhecimentos que dialogam com a inclusão e a acessibilidade.

Primeiro um amadurecimento, o trabalho em si ele traz alguns *insights* assim muito legais pessoais, fora a oportunidade de conhecer alguém de outro curso que vai trazer ideias, conceitos diferentes. Acredito também que no processo de inclusão me ajudou bastante, tive a oportunidade de conhecer o CEEDV na Asa Sul. Eu fiquei fascinado e agora que estou finalizando o curso eu quero fazer o Contrato Temporário para professor no DF. E acredito que a formação de leitores, ela foi importante para que talvez eu tivesse um pouco de conhecimento para talvez aplicar ali dando aula ou talvez em uma gestão que é mais o meu foco de ter esse olhar mais inclusivo.

Nesse contexto, observa-se os diferentes aspectos no tocante aos desafios e às contribuições acadêmicas, uma vez que é perceptível no relato dos participantes o perfil investigativo na atuação como leitor/transcritor ao se deparar com situações desafiadoras ou que não fazem parte do seu cotidiano, a fim de ofertar apoio especializado de qualidade aos estudantes assistidos. Conforme Rodrigues. D e Rodrigues. L (2011), as competências que antes eram de uso exclusivo de profissionais das Escolas Especiais migraram para outros espaços. Nesse sentido, atitudes investigativas é uma das estratégias que geram práticas reflexivas para aprimorar as técnicas, com o objetivo de oferecer espaços mais acessíveis para as pessoas com deficiência. Além disso, os autores ainda mencionam que ações ou projetos desenvolvidos sob valores inclusivos geram mudanças significativas, o que é possível reconhecer nos relatos dos participantes, que viram na ação de leitores/transcritores uma oportunidade para aprimorar os conhecimentos com relação à inclusão, a fim de se tornar um profissional atualizado.

### **Considerações finais**

O presente trabalho teve como objetivo compreender como a ação de leitores e transcritores da Universidade de Brasília contribuiu para a formação acadêmica de estudantes de graduação que participaram da ação. Com base nesse objetivo chegou-se a algumas conclusões. Ressalta-se que a análise das entrevistas semiestruturadas foi essencial para esse processo.

No tocante ao processo da constituição da ação de leitores/transcritores na UnB, foi possível observar que desde a década de 1980 a Instituição tem avançado nas discussões e na promoção da acessibilidade para os estudantes com deficiência, sobretudo com a criação do núcleo de acessibilidade, setor responsável em articular as demandas, como também ofertar apoio especializado aos estudantes assistidos. Observa-se que os estudantes cadastrados na

DACES requisitavam do apoio do leitor/transcritor nas atividades acadêmicas. Além disso, ficou evidente também que a ação de leitores e transcritores complementa a produção de material acessível, em virtude de ser mais uma alternativa de apoio especializado aos estudantes assistidos.

Em relação às contribuições acadêmicas, a ação de leitores/transcritores mostrou-se promissora conforme a análise das entrevistas, uma vez que os participantes tiveram a oportunidade de ter acesso a novos conceitos e metodologias que antes não faziam parte da sua rotina acadêmica. Observou-se também que os estudantes relataram o compromisso em aprender novas técnicas, a fim de ofertar apoio especializado de qualidade e estar preparado para situações desafiadoras. Além disso, nota-se o compromisso dos bolsistas com o seu futuro campo de atuação profissional, já que viram a ação como uma oportunidade de adquirir novos conhecimentos.

Há desafios relacionados à remuneração das bolsas-auxílio que os participantes recebem. Segundo os entrevistados, as bolsas poderiam ser melhor remuneradas tendo em vista a responsabilidade. No entanto, apesar da bolsa ter o valor abaixo do esperado pelos participantes, ela mostrou-se crucial na permanência dos estudantes na Universidade.

Nesse sentido, é necessário que haja uma mobilização para melhorias nas bolsas ofertadas na Universidade, especialmente em ações que dialoguem com a acessibilidade e a inclusão. A Política de Assistência Estudantil, é considerada um meio que os estudantes utilizam para permanecer na Universidade e atingir seus objetivos, portanto deve ser revisada para que haja mudanças. Além disso, é imprescindível também que as instâncias superiores regulamentem a profissão dos leitores/transcritores, para que esses profissionais tenham sua identidade profissional regulamentada e devidamente reconhecida.

Por fim, fica como sugestão o investimento massivo em pesquisas na área para que possamos ter novos desdobramentos sobre a atuação dos leitores/transcritores, pois foi possível observar a escassez de literatura e pesquisas disponíveis. Além disso, é necessário que haja uma mobilização para que sejam criadas legislações que assegurem a atuação dos leitores/transcritores, de modo que possamos ter uma diversidade de recursos acessíveis para assegurar apoio especializado, democrático e com qualidade para as pessoas com deficiência. Dessa forma, podemos vislumbrar uma sociedade com equidade de oportunidades para todos.

## Referências

ADAMS, F. W.; VICENTE IZIDORO, R.; TAVARES DO AMARAL, C. . A Máquina Humana e Seus Recursos: o Ledor Como Artefato à Pessoa com Deficiência Visual. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 14, n. 30, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3662>. Acesso em: 15 ago. 2023.

AGUIRRE, Dário de Ávila. **As capacitações de leitores e transcritores para inclusão e acesso em processos seletivos à educação superior: a percepção dos egressos**. 2019. 165 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2019.

ALENCAR, Lídia Costa de; ZARDO, Sinara Pollom. A acessibilidade como direito humano para as pessoas com deficiência. **X Encontro ANDHEP Direitos Humanos em Movimento: avanços e retrocessos nos 30 anos da Constituição Cidadã e 70 anos da Declaração Universal**, v. 1, p. 99-111, 2018.

BRASIL. **Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 3.513, de 2019** (do sr Denis Bezerra). Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1775009](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1775009). Acesso: 10 ago. de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 de set. de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 500, de 15 de janeiro de 1962**. Institui a Fundação Universidade de Brasília. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dcm/dcm500.htm#:~:text=DECRET O%20No%20500%2C%20DE,Art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dcm/dcm500.htm#:~:text=DECRET O%20No%20500%2C%20DE,Art). Acesso em: 30 de set. de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm). Acesso em: 1 set. de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 1º de set. de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 1º de out. de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 30 de ago. de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.508, 24 de setembro de 2018.** Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/d9508.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9508.htm). Acesso em: 20 ago. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 22 de ago. de 2023.

BRASIL. Ministério da educação. **Documento orientador programa incluir–acessibilidade na educação superior –SECADI/SESu-2013.** Disponível em: <[portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=13292&Itemid=>](portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13292&Itemid=>). Acesso em: 8 de set. 2023.

CANUTO, Carolina Eckrich. **Dinâmica relacional ledor-estudante cega: a subjetividade em foco.** 2022. 148 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

CATÃO, S. N. **Educação inclusiva com cegos: Prática de leitura de ledores em atividades na disciplina de Química.** 2019. 133f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática - PPGECEM) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis, Vozes, 2008

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto /** John W. Creswell ; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

DA SILVA OLIVEIRA, M. A., Mendes Tomaz dos Santos, G., & Barbosa Paiva Magalhães, R. de C. (2023). O CENÁRIO ATUAL DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: REALIDADES E PERSPECTIVAS. **Revista Práxis Pedagógica**, 8(9), 70–87. Recuperado de <https://periodicos.unir.br/index.php/praxis/article/view/7346>.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso.** Cascais: Principia, 2014. 95 p.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 129, p. 285-303, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.109>.

JESUS, Layne Silva de. **Trajetórias biográficas e educacionais de jovens cegos da Universidade de Brasília**. 2022. 140 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

MACIEL, Carina Elisabeth; ANACHE, Alexandra Ayach. A permanência de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras. **Educar em Revista**, [S.L.], n. 3, p. 71-86, 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.52924>.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura da nova guiné melanésia dos nativos nos arquipélagos da nova**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 86 p

MARTINEZ, Amanda Botelho Corbacho. **Entre a leitura tátil e a leitura oral: letramentos de jovens cegos na contemporaneidade**. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2021.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NASCIMENTO, Anarcisa de Freitas. **Aprimoramento do atendimento especializado para pessoas com Transtorno do Espectro Autista na redação do Enem**. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

NIEROTKA, R.L., and TREVISOL, J.V. Políticas de acesso e ações afirmativas na universidade federal da fronteira sul. In: *Ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul* [online]. **Chapecó: Editora UFFS**, 2019, pp. 65-94.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

PINHEIRO, Ellana. PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPA: programas de assistência estudantil. **Revista Pet Interdisciplinar e Programa Conexões de Saberes On-Line**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 97-103, 31 out. 2016. Universidade Federal do Para. <http://dx.doi.org/10.18542/cs.v1i1.3913>.

PLETSCH, Márcia Denise; LEITE, Lúcia Pereira. Análise da produção científica sobre a inclusão no ensino superior brasileiro. **Educar em Revista**, [S.L.], n. 3, p. 87-106, 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.51042>.

RAPOSO, Patrícia Neves. **O impacto do sistema de apoio da Universidade de Brasília na aprendizagem de universitários com deficiência visual**. 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RODRIGUES, David; LIMA-RODRIGUES, Luzia. Formação de professores e inclusão: como se reformam os reformadores?. **Educar em Revista**, p. 41-60, 2011.

SIMÕES, Maria Cristina Dancham. **Autonomia e dependência na relação entre estudantes com deficiência visual e seus leitores**. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOUZA, Amaralina Mirande de; SOARES, Daniele Lessa; EVANGELISTA, Glaura Borges Morais Gasparino. A Universidade de Brasília e a inclusão do aluno com necessidades educativas especiais. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 9, n. 16, jan./jun. 2003.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; MELLO, Anahi Guedes de. Nem toda pessoa cega lê em Braille nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 33, n. 2, p. 369-386, ago. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022007000200013>.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 174 p.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto Político Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília, 2018**. Disponível em: [https://sig.unb.br/sigrh/public/colegiados/anexos/Projeto%20Politico%20Pedagogico%20Institucional%20\(PPPI\).pdf](https://sig.unb.br/sigrh/public/colegiados/anexos/Projeto%20Politico%20Pedagogico%20Institucional%20(PPPI).pdf). Acesso em: 1 de out de 2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 48/2003**. Dispõe sobre os direitos acadêmicos de alunos regulares Portadores de Necessidades Especiais (PNEs) da UnB. Disponível em: [http://accessibilidade.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=36&Itemid=708](http://accessibilidade.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=36&Itemid=708). Acesso em: 1 de out. de 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 10/2007**. Cria o Programa de Tutoria Especial (PTE), normaliza o apoio acadêmico a estudantes com necessidades especiais e dá outras providências. Disponível em: [http://accessibilidade.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=37&Itemid=704](http://accessibilidade.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=37&Itemid=704). Acesso em: 1 de out. de 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Resolução do Conselho de Administração nº 0050/2019**. Institui a Política de Acessibilidade da Universidade de Brasília. Disponível em: [http://accessibilidade.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=40&Itemid=712](http://accessibilidade.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=40&Itemid=712). Acesso em: 1 de out. de 2023.